

INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS EM ESCOLAS REGULARES

BEZERRA, Gilvan Cavalcante.

gilvancb@yahoo.com.br

SANTOS, Irys Jane Lima.

irysjane@ig.com.br

MORAES, Patrícia Lima.

patmmorais@hotmail.com

GRAÇA, Janilce Santos Domingues.

Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica,
Professora do Curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes.

janicedomingues@hotmail.com

RESUMO

O nascimento de um filho com “deficiência” traz uma série de impasses às relações familiares seguidos de sentimentos de frustração, culpa negação do problema entre tantos outros, sendo importante à ajuda necessária para que a família reconheça seu filho como um sujeito que apresenta diversas possibilidades. A posição da família destes alunos é apontada como um obstáculo do processo de inclusão educacional quando esta “dificulta a inclusão por não reconhecer as possibilidades deste aluno”. A prática de classificar e categorizar pessoas baseadas no que estas não sabem ou não podem fazer somente força fracasso e perpetua a visão de que o problema está no indivíduo e não em fatores de metodologias educacionais, currículos e organização escolar. Como pode haver inclusão numa sala de aula onde alunos “normais” fazem uma atividade distinta dos alunos com necessidades especiais? Aceitar e valorizar as diferenças, os estilos individuais de aprender. É o primeiro passo para a criação de uma escola verdadeiramente inclusiva, com currículos e programas que proporcionem uma educação de qualidade para todos e não se dar ao luxo de criá-los somente para favorecerem uma parte privilegiada da sociedade seja em termos econômicos ou em termos de habilidades físicas e cognitivas. Essa investigação mostrar à importância e a necessidade de inclusão dos educandos com necessidades educativas especiais. Quer mostrar também que através de um trabalho sério, como o desenvolvido pela Escola Estadual 11 de Agosto, situada em nosso município, têm alcançado em todos os aspectos, resultados muito positivos.

PALAVRAS-CHAVES: Deficiência Auditiva; Família; Inclusão; Educando; Escola.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a inclusão dos deficientes auditivos no sistema educacional de ensino, mostrando-o dentro de um contexto histórico-social, marcado por discriminações.

A posição da família deste aluno é apontada como um obstáculo do processo de inclusão educacional quando esta “dificulta a inclusão por não reconhecer as possibilidades dele”.

Sabe-se, que o nascimento de um filho com “deficiência” traz uma série de impasses às relações familiares seguidos de sentimentos de frustração, culpa e negação do problema entre tantos outros. Os anos iniciais de uma criança “especial” abrangem o período de suas mais férteis aquisições, as quais podem ser prejudicadas se a família não tiver a ajuda necessária para reconhecer seu filho como um sujeito que apresenta diversas possibilidades.

A escola, como o segundo espaço de socialização, tem um papel fundamental na determinação do lugar que este aluno passará a ocupar junto à família e, por conseqüência, no seu processo de desenvolvimento, até alcançar a idade adulta, tornando-se um indivíduo realmente cidadão consciente de seus direitos e deveres perante a sociedade em que faz parte.

Portanto seria conveniente rever aqui o significado da escola inclusiva, como sendo aquela que educa todos os alunos, independente de qualquer necessidade especial em salas regulares.

Educar todos os alunos em salas regulares significa que todos recebem e freqüentam aulas regulares, também recebem oportunidades educacionais adequadas que são desafiadoras, porém ajustadas as suas habilidades e necessidades. A prática de classificar e categorizar alunos baseados no que estes não sabem ou não podem fazer somente força fracasso e perpetua a visão de que o problema está no indivíduo e não em fatores de metodologias educacionais, currículos e organização escolar.

Afinal, como pode haver inclusão em uma sala de aula onde partes dos alunos fazem certo tipo de atividades e os alunos “M e S”, com necessidades especiais fazem outra, totalmente distinta? Aceitar e valorizar a necessidade de classes sociais, de culturas, de estilos individuais de aprender, de habilidades, de línguas, de religião e etc. É o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos.

Existe exclusão maior que trabalhar alunos com necessidades educativas especiais em salas separadas?

Será que todos os recursos disponíveis no mercado vêm sendo utilizados como meio de propiciar ao educando com necessidades especiais um maior e melhor aproveitamento da educação?

Todos têm direito, a uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e aonde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante do seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Em particular, na Escola Estadual “11 de Agosto”, em Aracaju-SE, que desenvolve um trabalho de inclusão, todos os pontos necessários para o sucesso do que a mesma se propõe vem acontecendo na prática?

É preciso ter currículos e programas que proporcionem uma educação de qualidade para todos, e não somente para uma parte privilegiada da sociedade. Aos educadores devem ser dados os instrumentos necessários para que eles possam ver todos os alunos, incluindo os com alguma necessidade educacional especial, como um potencial ilimitado de aprender.

Como objetivo quer se mostrar à importância e necessidade de inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais e assim expõe-se a pesquisa que está dividida de acordo com a proposta:

Capítulo I – A inclusão como Educação para Todos;

Capítulo II – Trabalhando o Aluno com Necessidade Educativa Especial na Sala de Aula;

Capítulo III – Trabalho Desenvolvido na Escola Estadual “11 de Agosto”.

Esta pesquisa ilustra de forma clara as dificuldades encontradas pelos alunos com necessidades educativas especiais e as possibilidades de sucesso que estes têm, a partir do momento que se integram ao meio em que vive e a escola.

A INCLUSÃO COMO EDUCAÇÃO PARA TODOS

A discussão sobre políticas inclusivas costuma centrar-se nos eixos da organização sócio - política, necessária a viabilizá-la e dos direitos individuais do público a que se destina. Os importantes avanços produzidos pela democratização da sociedade, em muito alavancada de espaços sociais menos excludentes e de alternativas para o convívio na diversidade.

1.1 - Educação Especial

O ser humano observa o outro e nele percebe “defeitos” que não consegue definir as definições mescla-se aos preconceitos e tabus por sua vez existentes no nosso dia-a-dia. DEFICIÊNCIA é: “Falta - Carência, Insuficiência. Ora, chamar ou enquadrar um ser que a nós é semelhante e com os mesmos direitos e deveres como deficiente, é simplesmente ridículo”.

A deficiência era vista como uma doença crônica e o deficiente como um ser inválido e incapaz, que pouco poderia contribuir para sociedades, devendo ficar aos cuidados familiares ou internado em instituições protegidos segregados do resto da sociedade.

Todo ser social, tem peculiaridades que fazem com que, embora sejamos semelhantes a muitas pessoas, em muitos aspectos (idéias, reações e emocionais, formas de manifestar atividades), somos diferentes. E esse conjunto de características individuais e as diversas formas de pensar, sentar e agir que fazem únicos e singulares. Dessa forma a sociedade é constituída por indivíduos diferentes entre si, que se identificam ao anonimato do grupo.

Os indivíduos portadores de necessidades especiais encontram, em geral, muitas dificuldades de integração dentro da escola e da sociedade, não só em decorrência do preconceito de outros alunos, mas também por sua baixa auto-estima e pouca sociabilidade.

No caso dos Portadores de Deficiência Auditiva, embora não tenham problemas de locomoção, na maioria das vezes formam grupos isolados, com dificuldades de integração, alta agressividade, pouca participação nas atividades da comunidade, pouco ou nenhum acesso à produção cultural u muita dificuldade de aprendizagem. A sociedade também não consegue comunicar-se com os portadores de deficiência auditiva e raramente enxergam suas potencialidades.

Assim, vale lembrar o que diz a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/96: “a educação especial é definida como uma modalidade de educação escolar que permeiam todas as etapas e níveis de ensino”. Esta definição permitiu desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos.

1.2 - A Inclusão dos educandos em salas regulares.

Levar em conta a diversidade não implica em fazer um currículo individual paralelo para alguns alunos. Caso isso aconteça, estes alunos ficam à margem do grupo, pois as trocas significativas feitas em uma sala de aula necessariamente acontecem em torno dos objetos de aprendizagem. As flexibilidades curriculares são fundamentais no processo de inclusão educativa, porém, é necessário pensá-las a partir do grupo de alunos e a diversidade que o compõem e não para alguns alunos tomados isoladamente.

Sabe-se que as escolas são difíceis de mudar, o discurso é um e a prática é outra. Professores no Ensino Superior dizem que as aulas devem ser mais instigantes, interativas, que devem proporcionar um aprendizado mais ativo.

Faz-se necessário, portanto, pensar numa reforma na formação do professor. Para uma escola ser mais efetiva tem de desenvolver melhor as relações com a família. Os pais devem pressionar o governo para que o sistema ofereça vagas e melhores condições de educação, visto que, educação é um direito de todos. Portanto, para os professores usarem alguns mecanismos é necessário que estejam capacitados para atender os problemas dos portadores de necessidades especiais e dessa forma podemos dar um passo à não exclusão e sim a integração.

1.3 - Por que Inclusão?

“Todas as crianças têm direito à educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e onde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante do seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social”. (REVISTA EDUCAÇÃO, 2006, p.13).

Dada a sociedade plural e desigual em que estamos imersos, cabe aos sistemas de ensino considerarem os quatro princípios de maneira equilibrada, em que estão dispostos os

seguintes fundamentos: - Aprender a conhecer, - Aprender a fazer; - Aprender a viver junto; - Aprender a ser.

Todos os estudos mostram que a inclusão é possível e que aumenta as possibilidades dos indivíduos estabelecerem laços de amizade, desenvolver-se físico e cognitivamente e de serem membros ativos na construção de conhecimentos. INCLUSÃO é a transformação do sistema educacional, de formar a encontrar meios de alcançar níveis que não estavam sendo contempladas.

Inclusão significa que o aluno deve estar na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades. Os professores, por sua vez, precisam se conscientizar que devem estar aprendendo sempre, que precisam ser pesquisadores. Todos devem investir na educação continuada dos professores dentro da escola, se quiserem melhorar a aprendizagem das crianças, por isso, é muito importante detectar as barreiras dentro da escola, que impedem a participação de todos.

TRABALHANDO O ALUNO COM NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL NA SALA DE AULA

Com o início da escolaridade o jovem começa o período de socialização com os outros jovens, através das brincadeiras, as conversas e a atenção do professor, tornando-se cada vez mais consciente de si mesmo como pessoa.

Os pais e professores precisam colaborar para que o jovem com deficiência auditiva comunique-se com outros colegas. Para isso é importante deixar claro quais são as suas limitações e quais as suas possibilidades.

2.1 - Classificação da Deficiência Auditiva

Para SÁ (1992, p. 9):

A condição de ser um deficiente representa em todas as situações como algo anormal, excepcional, fora do comum, levando as pessoas a exprimir por eles variados comportamentos como negação, superproteção e outros sentimentos contraditórios que acabam misturados pela ambivalência de culpa, rejeição, decepção.

Segundo os estudiosos JOINT COMMITTEE e INFANT HARING (1994), os fatores e indicadores de risco para o surdo são:

- Histórias familiares de deficiência, auditiva congênita infecção congênita: Sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalavírus e herpes;
- Anomalias craniofaciais, incluindo as alterações morfológicas de pavilhão auricular e conduto auditivo externo;
- Peso ao nascer menor que 1500g;
- Meningite bacteriana;
- Síndromes associadas à Deficiente Auditivo ou neossensorial, e outros.

Consistindo a surdez na perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, verifica-se a existência de vários tipos de portadores de deficiência auditiva, de acordo com os diferentes grupos da perda auditiva.

O grau e o tipo da perda de audição, assim como a idade em que esta ocorreu, vão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento que o aluno irá receber.

Com base na classificação do Bureau Internacional Audiophonologie – BIAP, na Portaria Interministerial nº 186 de 10/03/1978, considera-se:

Parcialmente Surdo

a) Portador de Surdez Leve – Aluno que apresenta perda auditiva de até 40 decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse indivíduo é considerado como desatento, solicitando, freqüentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser a causa de algum problema articulatorio ou dificuldade na leitura e/ou escrita.

O educando portador de surdez leve deverá freqüentar a escola comum de ensino regular, em geral esse aluno não apresenta dificuldades na classe comum.

b) Portador de Surdez Moderada – Aluno que apresenta perda auditiva entre 40 e 70 decibéis. Esses limites se encontram no nível de percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É freqüentes o atraso de linguagem e as alterações articulatorias, havendo, em alguns casos, maiores problemas lingüísticos. Esses alunos têm maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes

ruidosos. Em geral ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e /ou frases gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.

Os educandos portadores de surdez moderada poderão freqüentar a sala de ensino regular, bem como ser alfabetizado e prosseguir seus estudos com educandos ouvintes, desde que receba o atendimento especializado em outro período diário. Esse aluno poderá também se beneficiar com o uso da prótese individual caso em que o ganho adquirido é excelente.

De acordo com a EQUIPE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, (2000, p.14) a classificação de deficiência auditiva, manifesta-se como: “[...] surdez leve/moderada: perda auditiva de até 70” decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo[...]”.

Surdo

a) Portador de Surdez severa – Aluno que apresenta perda auditiva entre 70 e 90 decibéis. Esse tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas voz forte, podendo chegar até 4 ou 5 anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área educacional, a criança poderá chegar a adquirir linguagem. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o conteúdo das situações.

O educando portador de surdez severa, uma vez diagnosticado, deverá receber estimulação no período da Educação Infantil. Existem casos em que o aluno tem condições de permanecer com atendimento especializado durante um período diário, participar, no outro período, das atividades sensório-motoras, artísticas e sociais com educandos ouvintes na pré-escola comum. Nesse caso, deverá haver dois educandos em cada classe de ouvintes visando sua comunicação e integração. Entretanto, em geral, esse aluno não chega a adquirir uma linguagem pelos processos naturais, mas poderá freqüentar uma escola especial ou classe especial para adquirir a linguagem interior e receptiva e expressiva, sabendo que esta não será suficiente para sua comunicação oral.

Tendo adquirido a linguagem e estando alfabetizado, poderá freqüentar a classe comum, geralmente, na 3ª série do Ensino Fundamental, em um período, e em outro período,

frequenter uma escola especial ou uma sala de recursos para complementação curricular especializada e apoio pedagógico referente ao conteúdo programático do Ensino Regular. Depois da sua integração em classe regular, poderá prosseguir os seus estudos e continuar tendo atendimento especializado, se necessário.

a) Portador de Surdez Profunda – Apresenta perda auditiva superiores a 90 decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana; impedindo-o de adquirir a linguagem oral.

As alternativas de atendimento ao aluno com surdez profunda estão intimamente relacionadas com suas condições individuais, como a idade em que começou seu entendimento especial, o grau de participação familiar e o desenvolvimento alcançado em seu processo educativo, principalmente sob o aspecto lingüístico. O aluno com surdez profunda, geralmente ingressa em uma classe comum após o Ciclo Básico de Alfabetização – CBA, na terceira série da Educação Fundamental.

O atendimento coletivo deverá ser em grupos de até oito alunos, devendo haver, também, o atendimento individual.

Esse educando poderá ser alfabetizado em classe especial ou em escola especializada. Precisarà adquirir uma linguagem que permita sua comunicação com os ouvintes, além de possibilitar o desenvolvimento da escolaridade. A alfabetização do aluno com surdez profunda realizar-se-á paralelamente à estruturação da linguagem oral e escrita.

Poderão ser adotadas, para atendimento ao portador de deficiência auditiva, diferentes metodologias ou filosofias educacionais:

- O oralismo;
- A comunicação total;
- O bilingüismo;
- Outros.

Quando se aplica o oralismo, o educando tem acesso à linguagem oral, mesmo que simplificada, para que possa alcançar melhor nível possível de desempenho da língua falada.

Quando se aplica a filosofia da comunicação total, o educando tem acesso à linguagem gestual simultaneamente à linguagem oral, ao alfabeto digital e a outros códigos de comunicação, para que possa expressar-se através de gestos, da fala e gestos simultâneos e do alfabeto digital.

Quando se aplica o bilingüismo, o educando é exposto, no primeiro momento, exclusivamente, à língua de sinais e, posteriormente, à língua portuguesa.

Na área da deficiência da audição, as alternativas de atendimento estão intimamente relacionadas às condições individuais do educando. O grau da perda auditiva e do comprometimento lingüístico, a época em que ocorreu a surdez e a idade são fatores que irão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento que deverá ser prescrito para o educando.

2.2 - Deficiência Auditiva x LIBRAS

Muitas pessoas acreditam que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é o português nas mãos, na qual os sinais substituem as palavras. Outros pensam que são somente gestos. Entre as pessoas que acreditam que é uma língua, há algumas que crêem que é limitada e expressa, apenas informações concretas, e que não tem o poder para expressar idéias abstratas.

Pesquisas lingüísticas vêm sendo desenvolvidas, mostrando, porém, que a LIBRAS é comparável em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais. Não é uma forma de português. Tem suas próprias estruturas gramaticais, que deve ser aprendida dos mesmos modos que a gramática de outras línguas. LIBRAS difere de línguas orais no canal comunicativo usado, isto é, a visão em vez da audição, e os componentes do sistema são configurações precisas das mãos e movimentos exatos. Através da LIBRAS podemos expressar idéias sutis, complexas e abstratas. Os seus usuários podem discutir filosofia, literatura ou política, além de esportes, moda, etc. A LIBRAS pode expressar poesia e humor. Como as outras línguas aumentam o vocabulário com novos sinais introduzido pela comunidade surda em resposta das mudanças cultural e técnica.

A Língua Brasileira de Sinais existe há tanto tempo quanto à existência dos surdos no Brasil. A padronização começou quando foi fundado o Instituto da Educação dos Surdos (INES) em 1857.

A aprendizagem de LIBRAS possibilita aos surdos maior rapidez e naturalidade na exposição de seus sentimentos, desejos e necessidades, desde a mais pouca idade. Possibilita a estruturação do pensamento e da cognição e ainda uma integração social, ativando conseqüentemente o desenvolvimento da linguagem.

Logicamente seus pais devem ter também condições de utilizar semelhante recurso lingüístico.

O objetivo da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é propiciar o desenvolvimento como forma de expressão lingüística, de comunicação interpessoal e como suporte do pensamento e do desenvolvimento cognitivo. A Língua Brasileira de Sinais é um sistema convencional de sinais estruturados da mesma forma que as palavras das diferentes línguas orais.

As línguas de sinais são línguas naturais porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre pessoas, devido à sua estrutura, permitem a expressão de qualquer conceito – descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato, enfim, permite a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano.

As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque se utilizam um meio ou canal visual-espacial e não oral-auditiva. Assim, articulam-se especialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados, os quais são percebidos pelos seus usuários por meio das mesmas dimensões especiais. Essas línguas são tão naturais quanto as orais para nós, e para os surdos elas são mais acessíveis devido ao bloqueio oral-auditivo que apresentam. Porém, não são mais fáceis nem menos complexas.

Os surdos são pessoas e, como tais, dotados de linguagem assim como todos nós. Precisam apenas de uma modalidade de língua que possam perceber e articular facilmente para ativar seu potencial lingüístico e, conseqüentemente, os outros potenciais e para que possam atuar na sociedade como cidadãos normais. Eles possuem o potencial, falta-lhes o

meio. E a língua brasileira de sinais é o principal meio que se lhes apresenta para melhorar esse processo.

Hoje, através da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Ficou reconhecido que:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

E regulamentada pelo Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. É importante citar o Art. 3º que diz:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

2.3 - O Professor e sua Relação com o aluno especial

O trabalho do professor deve estar marcado pelos objetivos que ele pretende alcançar na área da linguagem e por um programa concreto para cumprir essa meta. É fundamental conversar com os pais a respeito desses objetivos e adequar o programa, de maneira a permitir que a família colabore, aproveitando os contextos naturais e cotidianos para estimular a linguagem do filho.

Compete ao professor que atua em escola com classe comum do ensino regular, desenvolver o processo ensino-aprendizagem com a criança surda, e conscientizar-se do seu papel sócio-político, que é condição primordial, adotando a mesma proposta curricular do

ensino regular, com adaptações que possibilitam o acesso ao currículo utilizando sistemas de comunicação alternativa, como por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais, a mímica, o desenho, a expressão corporal. Poderá também utilizar técnicas de procedimentos e instrumentos de avaliação que sejam compatíveis com as necessidades do aluno surdo, ou seja, uma maior valorização do conteúdo. Torna-se fundamental também, a conversa com os pais a fim de que o programa possa ser adequado, contando também com a colaboração da família para estimular a linguagem desse aluno.

Para uma pessoa, não importante apenas falar algo, mas ser capaz de transmitir diferentes intenções como pedir, perguntar, afirmar, utilizando a linguagem.

Devido ao fato de as deficiências auditivas muitas vezes virem a ser detectadas somente na escola, cabe mais uma vez ao educador consciente do seu verdadeiro papel, observar diariamente seus alunos para detectar possíveis sintomas de um distúrbio auditivo.

A família e o professor devem estar atentos a algumas indicações de um portador de deficiência auditiva para trabalhá-los na convivência familiar e escolar com sucesso, como por exemplo:

- Não responde a um chamado em voz normal;
- Quando de costas, não se volta para a pessoa que lhe dirige a palavra;
- Às vezes pode responder mais prontamente quando chamam de um lado, o que demonstra maior perda no outro ouvido;
- Entende melhor a ordem quando elas vêm acompanhadas de gestos;
- Durante atividades em grupo, com muitos falando ao mesmo tempo, pode parecer perdido, desorientado;
- Outros.

Caso o professor perceba estas atitudes, deve entrar em contato com os familiares para trocarem informações e, se for necessário, encaminhá-lo a um especialista.

Falando sobre o papel do professor como elemento intermediário entre o aluno e o conteúdo a ele ensinado, SOUZA (2000, p.18) diz:

“Sabemos o quanto é necessário o preparo do professor no domínio da matéria que ensina e os métodos e técnicas de ensino e aprendizagem. Além disso, é fundamental no

educador ter clareza dos objetivos educativos da sua profissão e dos propósitos a respeito da formação intelectual e moral das crianças, principalmente quando nos referimos a trabalhar com os alunos especiais auditivos. Sabendo de tudo isso muitos profissionais”.

O professor que trabalhar com surdos tem uma enorme responsabilidade, pois pode facilitar ou dificultar o processo de desenvolvimento dos mesmos. Se de modo geral, todas as pessoas fossem bem informadas a respeito das reais possibilidades dos surdos, não se deixariam influenciar por preconceitos. Escolas regulares estariam prontas para recebê-los, dando-lhes oportunidades para se expressar, falando ou escrevendo bem ou mal, oferecendo-lhes o apoio e a compreensão de que necessitam. Saberiam que os surdos não precisam receber favores, já que tem uma grande potencialidade para ser desenvolvida.

TRABALHO DESENVOLVIDO NA ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU “11 DE AGOSTO”

3.1 - Integração entre Escola – Família – Aluno

A figura dos pais é de importância fundamental para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, especialmente dos portadores de necessidades especiais.

Os pais de maneira geral não estão bem preparados para terem filhos, muito menos os especiais, e nem a sociedade tem estrutura suficiente para vencer as barreiras da ignorância e do preconceito.

De acordo com KOGAN e TYLERUM TELFORD e SOWREY (1984. p.177):

A presença de um deficiente na família constitui uma tensão adicional, e as reações defensivas têm probabilidades de ocorrer com maior frequência e em grau mais elevado nessas famílias do que nas famílias em que todos os membros são razoavelmente “normais”.

Os pais responsáveis que deixam seus filhos sem a escolaridade obrigatória podem estar sujeitos às penas do Artigo 246 do Código Penal, que trata do crime de abandono intelectual. É possível que os dirigentes das instituições que incentivam e não tomam providência em relação a essa situação possam incorrer nas mesmas penas, (artigo 29. C. P). O mesmo pode ocorrer se a instituição simplesmente acolher um aluno com deficiência recusado por uma escola comum, (esta recusa também é crime Artigo 8º, Lei 7. 853/89) e silenciar a respeito não denunciando o ato.

A preocupação com a chegada do aluno surdo na Escola de 1º Grau “11 de Agosto” é uma questão seriamente vista pela coordenação.

Há, de forma muito evidente, um compromisso em convencer os pais de que esta escola acredita na inclusão e insistentemente prioriza a integração, o relacionamento de parceria, de responsabilidade recíproca com a família. A escola percebe a família como uma aliada, pois detém os subsídios que precisa para alicerçar seu trabalho pedagógico. E a família precisa perceber a escola como seu mais importante parceiro no desenvolvimento do seu filho em todos os seus aspectos. Na verdade, compreender que a integração: escola – família – aluno é uma construção diária; porque trabalhar com pessoas é a busca da superação constante, diante das próprias limitações.

Com os papéis claramente definidos a escola e a família vão estabelecendo nos desafios do dia-a-dia, a melhor metodologia, o respeito à pessoa, o respeito à diversidade.

Ao longo do trabalho desenvolvido na Escola de 1º Grau “11 de Agosto”, seus profissionais têm conseguido perceber a mudança de comportamento escolar e familiar, de forma positiva, quando há um compromisso coletivo entre família e escola e vice-versa.

3.2 – Socialização entre Alunos Ouvintes e os Educandos com Necessidades Educativas Especiais

Foi na Espanha no século XVII que surgiram os primeiros educadores de surdos. O primeiro desses professores foi POMCE DE LEÓN (1520 – 1584). Em 1620, BOMMET publicou o primeiro livro sobre educação de surdo que consiste no aprendizado do alfabeto manual e na importância da intervenção precoce. Ele insistia em que as pessoas envolvidas com uma pessoa surda fossem capazes de utilizar o alfabeto manual.

Em 1956, ABBÉ de L’EPPÉ cria em Paris a primeira escola para surdo com uma filosofia manualista e oralista. Foi a 1ª vez na história que os surdos adquiriram o direito a uma língua própria.

Em 1888, no Congresso Mundial de Surdos em Milão, definiu-se uma nova corrente na Educação dos Surdos: A oralista. A linguagem de sinais em todas as suas formas foi então proibida e estigmatizada. Somente em 1971 no Congresso Mundial de Surdos em Paris que a língua de sinais passou a ser valorizada.

BOUVET, em Paris, publicou em 1981 trabalhos que introduzem o enfoque bilíngüe da educação do indivíduo surdo.

O bilingüismo refere-se à existência de duas línguas no ambiente do surdo: A língua oral da comunidade ouvinte (no caso do Brasil, o Português) e a língua de sinais da comunidade surda (a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS).

O trabalho desenvolvido na Escola de 1º Grau “11 de Agosto” afirma que somente com a proposta do bilingüismo a socialização do aluno surdo acontecerá de forma mais efetiva.

A metodologia utilizada através de oficinas permanentes de LIBRAS, apoio tecnológico e de informática, orientação á família e a comunidade dos surdos, promovida atualmente pelo CAS – Centro de Atendimento aos Surdos do Estado de Sergipe, situado na própria instituição. Faz com que os educandos especiais aprendam com mais facilidade, comuniquem-se entre se sem obstáculos aparente, além de auxiliarem em diversos momentos aos professores que sentem dificuldade ou ainda não possuem capacitação específica.

CAS - Centro de Atendimento aos Surdos do Estado de Sergipe, está composto estruturalmente por núcleos, apresentando a seguinte organografia:

- Núcleo de Capacitação de Profissionais;
- Núcleo de Apoio Didático-Pedagógico;
- Núcleo de Tecnologia e Adaptação de Material Didático;
- Núcleo de Convivência.

Existe atualmente, também, interpretes de LIBRAS nas turmas de 5ª séries, viabilizando um melhor desenvolvimento desses alunos.

A presença do aluno surdo na escola é tão desafiadora, “assustadora” e enriquecedora, que de forma muito diversificada vai despertando progressivamente na comunidade escola, a curiosidade, o interesse e a necessidade de aprender a comunicar-se melhor com todos. Por certo a escola só tem a ganhar.

3.3 - A Sala de Recurso

A “Escola de 1º Grau 11 de Agosto” situada à Rua Gararu, 185 – Bairro Getúlio Vargas, Aracaju (SE).

Escola pioneira na história da inclusão foi criada pelo Decreto nº 3017 de 14 de janeiro de 1970, no Governo de Dr. Paulo Barreto de Menezes, tendo como Secretário da Educação e Cultura o Dr. João Cardoso do Nascimento Júnior.

A escola atende o ensino fundamental, conta atualmente com oitocentos e cinquenta alunos, dentre estes 70% são deficientes auditivos, distribuídos nos dois turnos respectivamente.

A democratização do acesso na perspectiva inclusiva estabelece-se através de seguintes pontos:

- Implantação da Sala de Recurso com atendimento em Libras (Língua Brasileira de Sinais), para atendimento ao aluno portador de deficiência auditiva, e também para alunos com dificuldade de aprendizagem e DMs. Trabalho orientado pela professora Kátia;
- A aula de LIBRAS extensiva a todos os alunos da 1ª a 4ª séries, e também aos pais, funcionários e professores. Com o apoio do CAS;
- Atendimento a educandos portadores de necessidades especiais de outras escolas.

A sala de recurso permite ao professor capacitado acompanhar os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, a fim de auxiliá-los nas maiores dificuldades, funciona num pequeno espaço, porém dispõe dos materiais básicos necessários para o desenvolvimento e suas atividades, e atende à alunos de 1ª a 4ª séries, depois encaminha-os para a 5ª série normal.

É importante ressaltar que os alunos chegam a instituição, após serem avaliados pela Secretaria de Educação Especial e/ou pelo CREESE, que após avaliação encaminha o educando para instituição conveniente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Aluno surdo constitui-se num grande desafio para a escola de maneira geral. Conviver ainda que muito pouco com esta comunidade encaminha-nos a reflexões sérias à cerca do processo ensino-aprendizagem. Deve haver também uma preocupação com a formação do cidadão em todos os seus aspectos.

A Escola de 1º Grau “11 de Agosto” percebe a inclusão como uma proposta viável, possível e desafiadora. A inclusão não pode ser vivenciada como uma imposição do ministério público ou como um jogo de empurra. Sem dúvida, a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Então, nenhum aluno deveria precisar ser aprovado em teste ou esperar resultados de pesquisa favoráveis para viver e aprender como membros regulares da vida escolar e comunitária. O ensino inclusivo faz sentido e é um direito básico – não é algo que alguém tenha que conquistar.

A sala de recurso da escola citada anteriormente pareceu-nos uma experiência que tem dado certo, que tem oportunizado não somente os alunos deficientes auditivos, mas a escola de maneira geral em aprender a aprender com a diversidade. Mesmo com obstáculos que comumente acontecem, além das resistências seja dos pais ou professores a socialização do Ensino de LIBRAS tem contribuído satisfatoriamente para a inclusão, para o respeito às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais.

Assim, o presente artigo, com base em sua fundamentação, registra que há grupos interessados com o processo de interação que envolve os deficientes auditivos. Porém compreende-se que essa realidade não garante o relacionamento sem preconceitos entre surdos e ouvintes, uma vez que, são poucos os que se interessam em aprender a Língua Brasileira de Sinais.

Entretanto, percebemos que a deficiência auditiva é uma temática que deve ser aprofundada em trabalhos futuros, incluindo uma proposta de divulgação através dos meios de comunicação, a fim de que o maior número possível de habitantes participem ativamente do processo de inclusão social dos surdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FELIPE, Tanya A. **Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do estudante**. 8ª. Ed. – Rio de Janeiro. Editora e Gráfica WalPrint, 2007.

GOÉS, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1999. (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju. Universidade Tiradentes, 2005. 188p.

STAINBACK, Susan; **STAINBACK**, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Ed. ARTEM. trad. Magda França Lopes. Porto Alegre, 1999.

Disponível em www.feneis.com.br

Disponível em www.mec.gov.br

Disponível em www.surdosol.com.br

PÁTIO. Revista Pedagógica. Ano IX – n.35, ago./set. 2005.